

SOUZA, José Wellington. **Camaradas e santos: notas sobre o catolicismo popular e suas representações simbólicas**. Curitiba: Appris editora, 2017. ISBN 978-85-473-0544-4. 142p.

Janine Targino¹

O livro de José Wellington de Souza, intitulado *Camaradas e Santos: notas sobre catolicismo popular e suas representações simbólicas*, trata da relação entre desagregação social e pensamento mágico entre moradores do “Bairro da Ponte” no município da Liberdade-MG. Neste cenário, o autor irá analisar as explicações fundamentadas em princípios mágicos elaboradas por ex-agregados rurais, em sua maioria, para definir e dar sentido aos acontecimentos da vida cotidiana. Assim, o livro apresenta as observações feitas pelo autor no que tange ao conjunto de crenças oriundas de vários “grupos” religiosos e que são compartilhadas pelos moradores no âmbito das disputas pelo monopólio da definição do real e pela exclusividade do uso do poder de ação mágica sobre essa realidade. Além disso, os modos de ação simbólica sobre bens materiais escassos e a difícil adaptação dos ex-agregados rurais à vida urbana e ao trabalho assalariado são igualmente contemplados pelo autor em sua minuciosa análise.

Na introdução tomamos conhecimento acerca do principal objetivo do autor, a saber, a análise do universo religioso construído através das relações estabelecidas entre os ex-agregados rurais e os que entre eles assumem o papel de agentes religiosos produtores de sentido, estando ou não vinculados a uma “empresa produtora de sentido”, tal qual Pierre Bourdieu definiu este conceito. E, revelado o objetivo do autor, somos igualmente avisados de que não encontraremos na continuidade da leitura qualquer esforço analítico que tenha por objeto um ou outro grupo religioso, visto que, segundo José Wellington de Souza, no contexto observado os grupos religiosos só existem para os agentes religiosos pertencentes a uma empresa produtora de sentido. Deste modo, o autor se compromete a estabelecer as relações sociais que determinam os possíveis grupos religiosos, ou seja, a apontar as relações sociais que estruturam a vida religiosa.

No Capítulo I, intitulado *De camarada a funcionário: o processo de desagregação*, o autor expõe os pilares do processo em que

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM) e Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDU/UERJ). E-mail: janine.silva@iuperj.br.

os ex-agregados e suas famílias são forçados a saírem do meio rural e migrarem para a periferia de uma pequena cidade ao Sul de Minas Gerais. Penso ser sobremaneira importante destacar que neste capítulo o autor “desfaz” uma série de explicações rasas que em geral são direcionadas aos movimentos migratórios do campo para a cidade. Em primeiro lugar, o autor enfatiza que os ex-agregados rurais migram para a cidade desprovidos de esperanças quanto ao usufruto das benesses do meio urbano, ou de que o acesso à educação formal tornará possível alcançar prestígio e ascensão social. Pelo contrário, o cenário que o autor descreve trata-se de uma realidade na qual os ex-agregados fazem uma dolorosa transição de um estilo de vida que, embora simples e permeado de dificuldades, minimamente atendia a todas as necessidades da família, para uma nova forma de gerir a vida fundamentada no trabalho assalariado e precarizado da cidade. Ainda, o autor indica que os ex-agregados já conheciam outras histórias de pessoas que deixaram a vida no campo para viver na cidade, e já era de conhecimento deles que a experiência no meio urbano traz consigo toda uma carga de sofrimentos, privações e dependência. Em função disso, seria, de fato, bastante improvável que os ex-agregados estivessem imbuídos de quaisquer expectativas otimistas ao deixar para trás a vida que levavam anteriormente.

Entre as complicações encontradas pelos ex-agregados após migrarem para a cidade, José Wellington de Souza revela que a transição da “economia de paiol” para o trabalho assalariado constitui o ponto nevrálgico. A “economia de paiol”, tal como o autor denomina a lógica econômica sob a qual os ex-agregados viviam anteriormente, no campo, se estabelece sobre os pilares do trabalho realizado no seio da família, voltado para a produção, acumulação e reprodução de gêneros alimentícios para a subsistência. Pautada numa perspectiva onde não se precisava de dinheiro para comprar nada, ou quase nada, a produção realizada pela família era utilizada para atender às necessidades básicas dos indivíduos. Este cenário se desfaz com a transferência dos ex-agregados para a cidade, onde o trabalho assalariado, precarizado e, muitas vezes, escasso passa a ditar o ritmo da vida. E, embora as lembranças dos ex-agregados não deixem de contemplar as limitações e agruras da vida levada sob a “economia de paiol”, o autor destaca que nos relatos dos mesmos há registros que demonstram a crença de que o modo de vida passado era mais agradável por não ser necessário comprar o que se comia.

Paralelamente, outras mudanças de grande envergadura acontecem na vida dos ex-agregados. Uma delas se dá nas condições de habitação encontradas pelos mesmos na cidade. Tendo em vista que viver do meio urbano é mais custoso, não causa espanto que estes indivíduos tenham ocupado as áreas periféricas, onde as condições de moradia apresentam uma série de problemas. Além disso, estes migrantes precisam lidar com outras questões, tais como o alcoolismo e a falta de trabalho e de perspectivas quanto ao futuro.

No Capítulo II, intitulado *O agregado conta o tempo: representações simbólicas tradicionais na periferia de um mundo moderno*, o autor se dedica à compreensão das representações de tempo, espaço e causalidade compartilhadas pelos ex-agregados. Interessante notar que, entre os ex-agregados, tais representações estão ligadas ao mundo natural e ao mundo sobrenatural, e isso acaba por conferir às representações do mundo social traços de objetividade oriundos da fé e dos sentidos. O autor também nos mostra que os ex-agregados percebem o tempo como um fenômeno intimamente vinculado às mudanças climáticas e às atividades econômicas que tais mudanças determinam. Além disso, estas duas variáveis são expressas nos relatos dos ex-agregados como dependentes da ação de seres sobrenaturais.

Deste modo, a caracterização temporal dos dias, semanas e anos é permeada por um ordenamento simbólico que associa crenças religiosas a fenômenos naturais. Justamente por isso, no calendário nativo, o ano pode ser dividido, por exemplo, entre o “tempo da seca” e o “tempo do plantio”, as 24 horas do dia são divididas entre as que são contempladas pela luz do sol e as que não o são, as semanas são divididas entre os dias em que se pode/deve trabalhar ou não. Ao mesmo tempo, a divisão do ano entre “tempo de seca” e “tempo de plantio” aparece permeada pela crença de que forças sobrenaturais atuam no sentido de permitir (ou não) que o homem plante, da mesma forma que a divisão das 24 horas do dia segundo a presença ou ausência de luz do sol permite a distinção entre o “mundo dos vivos/luz” e o “mundo dos mortos/trevas”.

O Capítulo III, cujo título é *Princípios de magia e raça*, expõe tanto a crença que os ex-agregados, moradores do “Bairro da Ponte”, possuem em causas mágicas para explicar uma série de eventos, quanto a explicação sobre o uso peculiar que os indivíduos observados fazem do termo “raça”. De acordo com o autor, predominam entre aqueles ex-agregados explicações baseadas

em princípios de causa mágica e, por isso, também é comum que se compartilhem explicações relacionadas a temas religiosos, tais como “feitiço”, “macumba” e “mau olhado”. Pela via da causalidade mágica são esclarecidos eventos e comportamentos que, a princípio, não possuem explicação lógica. Neste panorama, também é através da magia que um indivíduo pode alcançar benesses ou prejudicar seus desafetos, assim como é comum que as pessoas que se consideram vítimas de magia acreditem que seus dissabores são provocados por forças externas e mágicas mobilizadas por intermédio de feitiçaria.

No entanto, a magia não é a única possibilidade levantada pelos ex-agregados para explicar seus males e aflições. Compartilham também da crença de que características próprias à pessoa e/ou à sua família são capazes de lhes causar malefícios permanentes. É então que o autor apresenta o conceito de “raça” tal como o mesmo é usado no universo pesquisado. Raça, neste contexto, é um princípio causal que explica e determina o ordenamento social por meio de uma justificativa fundamentada na hereditariedade biológica. Isto é, o conceito de raça sustenta que características morais, à maneira das características físicas, são transmitidas biologicamente de pai para filho. Assim, os vícios, a aversão ao trabalho e a promiscuidade, por exemplo, podem ser explicadas como consequências de traços que o indivíduo herdou de sua família e dos quais não pode se livrar.

Este panorama sobre as crenças dos ex-agregados da pequena cidade mineira na magia e na influência da “raça” nos leva ao Capítulo IV, denominado *Campo simbólico*, onde o autor expõe a relação que os pesquisados estabelecem com os(as) benzedores(as) no intuito de resolver questões cotidianas por intermédio da magia. Esses agentes socialmente habilitados na manipulação do sobrenatural são acionados pelos ex-agregados tanto para se praticar o mal contra possíveis adversários, quanto para solucionar problemas que estejam enfrentando e que tenham sido gerados pela ação mágica nefasta de outrem. Sob aparente inspiração – de todo modo, não declarada – em passagem famosa do estudo exemplar de Evans-Pritchard entre os Azande (EVANS-PRITCHARD, 2005), José Wellington de Souza destaca que, embora os ex-agregados entendam que pessoas adoecem, sofrem acidentes e morrem, o fato de uma pessoa adoecer e morrer quando se está perfeitamente saudável é imediatamente explicado como um fenômeno causado por “mal mandado”. Neste processo, os(as) benzedores(as) são fundamentais para separar os fenômenos que são provocados

pela magia dos que não são, uma vez que esses agentes ocupam o lugar de intermediadores e tradutores no contato entre "este mundo" e o "outro". Dessa forma, são os(as) benzedores(as) que confirmam ou não as suspeitas de que uma pessoa foi vítima de magia, ao mesmo tempo em que também são capazes de anular os efeitos perversos do feitiço.

Por fim, pela vivacidade das descrições e relatos expostos, pela maneira como os indivíduos pesquisados são apresentados e pelo entrelaçado que se estabelece entre as representações simbólicas nativas, o livro em tela indiscutivelmente constitui uma grande contribuição aos campos da Sociologia e Antropologia da Religião e deve ser consultado por pesquisadores que se dedicam à compreensão do fenômeno religioso brasileiro em suas mais diversas nuances. Além disso, deve-se destacar a qualidade textual do livro em questão, obra na qual encontramos uma escrita clara e convidativa pela qual somos levados a conhecer o cenário construído pelas experiências vividas pelos ex-agregados rurais daquela localidade mineira, cenário que é ricamente reconstituído na etnografia levada a cabo pelo autor.

Referências bibliográficas

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.